

# A TRAJETÓRIA DO CLSTP/ MLSTP: da sua criação a independência de São Tomé e Príncipe

Dandara Matos

Doutoranda em História pela  
Universidade Estadual de  
Campinas (UNICAMP)

Recebido: 20/05/2022  
Aprovado: 28/06/2022

## RESUMO

O presente trabalho tem como objetivo apresentar a trajetória do grupo revolucionário da independência de São Tomé e Príncipe. O Movimento de Libertação de São Tomé e Príncipe (MLSTP) foi (re) criado em 1972, mas antes disso o grupo, que teve sua fundação original em 1960, se chamava Comitê de Libertação de São Tomé e Príncipe. Este trabalho irá apresentar pesquisas desenvolvidas sobre o processo de independência de São Tomé e Príncipe e como os jovens revolucionários santomeneses traçaram o caminho de luta do seu território.

## PALAVRAS-CHAVE

África; Independência; São Tomé e Príncipe.

## Introdução

**U**nião orgânica de todas as forças patrióticas do nosso país, para eliminação do colonialismo português das ilhas de S. Tomé e Príncipe”.<sup>1</sup> Assim inicia-se o programa do Comitê de Libertação de São Tomé e Príncipe, criado em 1960 por estudantes, intelectuais, entre outros membros da sociedade santomense, com o intuito de representar a luta de independência de São Tomé e Príncipe. O presente texto tem como objetivo trilhar a trajetória desse movimento, que se principia como Comitê e depois transforma-se em Movimento de Libertação de São Tomé e Príncipe.

Para perceber a jornada do CLSTP/MLSTP até a independência das ilhas, vamos começar por entender a história do nacionalismo santomense. As ilhas de São Tomé e Príncipe foram invadidas por Portugal no final do século XV, permanecendo sob o jugo português até 12 de julho de 1975, data que foi assinada sua independência. Nesse período de cinco séculos, várias transformações ocorreram nas ilhas, principalmente no que diz respeito a sua demografia.

São Tomé e Príncipe<sup>2</sup> teve sua ocupação a partir de 1485, quando os primeiros colonos se fixaram na ilha de São Tomé.<sup>3</sup> E em 1493, sob o comando de Álvaro de Caminha, um povoamento com as estruturas administrativas se constituiu.<sup>4</sup> As ilhas tiveram altos e baixos no processo econômico, tendo seu auge inicial no século XVI, decaindo no século XVII<sup>5</sup> na competição da produção do açúcar com o Brasil e ressurgindo no final do século XVIII com a produção de café e cacau.

Nesse período de declínio, o arquipélago não rendia lucro para a coroa portuguesa, o que fez com que os colonos portugueses focassem em outras colônias para explorar. Com isso, as ilhas viram

---

1 Portugal, Arquivo Nacional Torre do Tombo (PT ANTT), Polícia Internacional e de Defesa do Estado (PIDE), Direção-Geral de Segurança (DGS), *Programa do Comitê de Libertação de São Tomé e Príncipe*, Processo 2639/65, SC, 1º volume, Arnaldo Pereira, NT 5793, Lisboa, 1960.

2 Pesquisadores afirmam que os portugueses encontram as ilhas desabitadas, por isso foi posto em prática um plano de povoamento com colonos portugueses e escravizados africanos. Para saber mais, ler Isabel Castro Henriques, *Ser escravo em São Tomé no século XVI*. Revista Internacional de Estudos Africanos, Lisboa, nº6-7, Janeiro-Dezembro, 1987, pp. 167-178. Arlindo Manuel Caldeira, *Escravos e Traficantes no Império Português*. Lisboa, Editora: A Esfera dos Livros, 1º edição, 2013. Cecília Silva Guimarães, *Produtora de açúcar e armazém de escravos: Mercados e Política na Ilha de São Tomé - 1471-1560*, Dissertação (Mestrado em História), Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro – UFRJ, 2010.

3 “[...] são enviadas cerca de duas mil crianças judias, cujos pais, por razões de natureza religiosa tinham sido expulsos de Espanha, bem como muitos degredados. À costa africana foram buscar os escravos de que careciam para o arroteamento das terras doadas em sesmaria, tornando-se estes, bem como os colonos europeus nos primeiros povoadores de S. Tomé, do Príncipe [...]” Carlos Agostinho das Neves, *São Tomé na segunda metade do século XVIII*, Funchal, Secretaria Regional do Turismo, Cultura e Emigração, 1989, p. 16.

4 António Ambrósio. *Subsídios para a história de S. Tomé e Príncipe*. [S.l.], Livros Horizonte, 1984. p. 8.

5 “Assim, e apesar do papel econômico do tráfico de escravos, as ilhas entraram a partir da segunda metade do séc. XVII, num período de relativa decadência e de aparentemente paralisa quando comparado com o florescente séc. XVI. Importa, todavia, reter que por essa época a colonização das ilhas ultrapassara o seu momento crítico, tendo-se originado já uma população autóctone cuja a síntese cultural tendia para formas autônomas. Esse o mais importante significado do complexo fenómeno da colonização de S. Tomé e Príncipe durante os primeiros séculos.” Neves, *São Tomé na segunda metade do século XVIII*, 1989, p. 29.

o surgimento de uma elite local<sup>6</sup> constituída pelos forros.<sup>7</sup> Eles passaram a trabalhar na administração colonial e a ocupar as terras santomenses.<sup>8</sup>

É importante aqui saber que o recorte temporal desse texto é o século XX, mas como sabemos que a história não é estática, muito do que aqui será narrado é consequência da própria trajetória histórica das ilhas. O aspecto mais importante para abarcar esse contexto e os personagens que criaram o Comitê/Movimento de Libertação de São Tomé e Príncipe, é entender que a elite nativa<sup>9</sup> se constituiu logo no início da colonização. São esses membros dela, que tiveram acesso a estruturas sociais e econômicas, e que assim fizeram [e ainda fazem] parte da administração local.

Também é interessante ressaltar que esses membros da elite nativa, tiveram posturas e comportamentos de “assimilados<sup>10</sup>” antes mesmo de Portugal se preocupar em criar um sistema específico para isso.<sup>11</sup> Essa conduta dos forros santomenses entrou em choque com os colonos no século XIX quando aconteceu a segunda etapa da colonização portuguesa nas ilhas<sup>12</sup>. Com o retorno do interesse econômico dos portugueses pelas ilhas, a elite forra, que nesse momento já controlava boa parte da administração pública e as roças, começou a perder espaço e importância para os colonos

---

6 Gerhard Seibert, *Camaradas, Clientes e Compadres: Colonialismo, Socialismo, e Democratização em São Tomé e Príncipe*, Lisboa, Editora: Veja, 2002, p.39.

7 No reinado de D. Manuel I (1495 – 1521), as escravizadas, seus filhos e os primeiros homens escravizados nessas terras foram alforriados, constituindo assim a criação de uma categoria social compostas por africanos e os mestiços. Esses sujeitos mais tarde passariam compor uma elite conhecida como forra que, já no século XVI, estavam compondo a administração colonial, e foram aumentando sua presença nessa esfera no século XVII. Henriques, *Ser escravo em São Tomé no século XVI*, 1987.

8 “Com a saída dos colonos, os forros passaram a constituir uma elite local, que dispunha de escravos, controle das terras e comando da administração da região. A base da economia era a produção agrícola visando a subsistência e o abastecimento dos navios negreiros, pois as ilhas eram um entreposto do tráfico de escravos para o Brasil.” Dandara Sílvia Matos, *Um registo da história: a Primeira República santomense através do jornal Revolução*, Dissertação (Mestrado de Estudos Africanos), Instituto Universitário de Lisboa, Lisboa, 2018, p. 12.

9 Os nativos são os forros, oriundos das relações entre os colonos europeus e africanas escravizadas, relações que foram incentivadas pelo rei D. João II (1481-1495) para o povoamento das ilhas, e os angolares, que sua origem remontam três versões, de sobreviventes de naufrágios, de habitantes originais da ilha ou escravizados que fugiram. Mas essa elite forra é só composta pelos forros. Para saber mais, Gerhard Seibert, *Os angolares da Ilha de São Tomé: Naufragos, autóctones ou Quilombolas?*, In Textos de História Dossiê História Atlântica – Revista do Programa de Pós-graduação em História. Vol. 12 – nº 1/2, 2004. Henriques, *Ser escravo em São Tomé no século XVI*, 1987. Joana Feio, *De Étnicos a “Étnicos”: Uma Abordagem aos “Angolares” de São Tomé e Príncipe*. Dissertação (Mestrado em Antropologia), Instituto Superior de Ciências do Trabalho e Empresa – ISCTE, Lisboa, 2008.

10 Para aprofundar mais a questão da assimilação no contexto dos africanos e negros em diásporas pode-se ler Léo Spitzer, *Lives in between: assimilation and marginality in Austri, Brazil, West Africa, 1780-1945*, Ed. 1, Cambridge University Press, 1989. Giovanni Grillo, *Uma história da traição: um projeto assimilacionista na Cidade do Cabo, 1906-1910*, Dissertação (Mestrado em História), Universidade Estadual de Campinas – UNICAMP, 2012. Frantz Fanon, *Pele negra, máscaras brancas*, tradução de Renato da Silveira, Salvador, EDUFBA, 2008.

11 Portugal adotou a política de assimilação para os domínios de Angola, Moçambique, Guiné – Bissau e Cabo Verde. Essa política dizia que se o africano anexasse alguns atributos ele poderia ser considerado um “civilizado” e assim adquirir a cidadania portuguesa, essas características eram: ter 18 anos, saber ler e escrever, desempenhar uma profissão que a remuneração fosse suficiente para si e seus dependentes, bom comportamento e que isso fosse atestado pelas autoridades, convertido ao catolicismo e não professasse os deuses africanos.

12 Seibert, *Camaradas, Clientes e Compadres*, 2002, P.19.

que retornavam<sup>13</sup>.

Esse confronto direto entre africanos de São Tomé e Príncipe X portugueses fez nascer um sentimento de pertencimento santomense, que o historiador Carlos Espírito Santo chamou de “nacionalismo político são-tomense”.<sup>14</sup> Alguns proprietários forros, que conseguiram manter as suas terras, aproveitaram os lucros obtidos com a exportação do cacau e do café para mandarem os seus filhos estudar em Portugal<sup>15</sup>, mais tarde esses filhos da terra fizeram parte do grupo de intelectuais que se uniram para questionar e derrubar o sistema colonial português.<sup>16</sup>

Espírito Santo conta que, com a chegada do século XX e a queda da monarquia em Portugal, boa parte dos intelectuais santomenses sentiram-se a vontade para falarem e defenderem as independências em territórios africanos. Como é o caso de José Corrêa Nunes<sup>17</sup>, que no seu texto “A emancipação do povo africano”, publicado no periódico *A Voz d’África*<sup>18</sup>, em 1913, disse:

“Unamos-nos, pois, n’um solidário laço de confraternização, certos de que só assim a África poderá nobilitar-se e seus filhos dilectos se tornarão acessíveis à infiltração das ideias mais alevantadas e à exacta e nítida compreensão dos seus direitos e deveres como condição sine qua non da sua independência”.<sup>19</sup>

Outro intelectual santomense que levantou a bandeira da independência foi Salustino Graça<sup>20</sup>, que em 1921, no periódico *Correio de África*<sup>21</sup>, publicou um texto chamado “Voltemos à terra”, onde ele afirma que aqueles que escolheram confiar nos colonizadores europeus estavam se jogando em

---

13 “A subsequente expansão das plantações de café e de cacau, na segunda metade do século XIX, resultou gradualmente na marginalização política e económica dos forros, que perderam a sua posição dominante, ocupada desde o colapso da indústria de açúcar, e foram relegados para uma posição intermediária numa hierarquia colonial, então dominada por brancos metropolitanos” Gerhard Seibert, *Crioulização em Cabo Verde e São Tomé e Príncipe: Divergências Históricas e Indenitárias*, 2014, p. 60.

14 Carlos Espírito Santo, *O Nacionalismo Político São-Tomense*, Volume 1. Lisboa, Colibri, 2012.

15 Sobre isso, Seibert escreve: “Apesar da sua pequena dimensão e pouca população, nos fins do século XIX São Tomé matinha em Portugal o mais alto número de estudantes negros de todas as colônias portuguesas.” Seibert, *Camaradas, Clientes e Compadres*, 2002, p. 73.

16 João Paulo Guerra, *Memória das Guerras Coloniais*, Porto, Afrontamento, 1994, p. 101.

17 José Córrea Nunes era advogado. Foi um político santomense com grande participação na luta e defesa da “raça negra”. Chegou a ser primeiro-secretário da Sessão de Propaganda Oral do Comitê Federal da Junta de Defesa dos Direitos d’África. Também foi secretário do Movimento Nacionalista Africano, além de candidato a deputado por São Tomé e Príncipe com o apoio da Liga Africana de Lisboa. Carlos Espírito Santo, *O Nacionalismo Político São-Tomense*, Volume 2. Lisboa: Colibri, 2012, p.654.

18 Periódico pertencente a Junta de Defesa dos Direitos d’África, com objetivo de divulgar os princípios e objetivos da Junta.

19 José Córrea Nunes, *A emancipação do povo africano, A Voz d’África*, Lisboa, 15 de março de 1913, p.1. Apud, Espírito Santo, *O Nacionalismo Político São-Tomense*, Vol. 1, 2012, p. 79.

20 Salustino Graça do Espírito Santo nasceu no dia 9 de junho de 1892, até sua morte, em 1965, dedicou-se na luta pela liberdade, contrário a qualquer modo de escravidão e em defesa da justiça para os africanos. Foi símbolo e referência de resistência para o povo santomense, sendo lembrado até hoje pelos seus conterrâneos. Espírito Santo, *O Nacionalismo Político São-Tomense*, Vol. 2, 2012, p.707 - 709.

21 Periódico da Liga Africana, tendo seu primeiro número publicado em 22 de maio de 1921.

um abismo inglório.<sup>22</sup>

Alguns historiadores, como Carlos Espírito Santo<sup>23</sup>, defendem a existência de nacionalismo santomense e que principalmente os intelectuais do início do séc. XX foram os precursores do movimento emancipatório que levaria a independência alguns anos depois. Outros historiadores, como o Augusto Nascimento<sup>24</sup>, que vão questionar essa narrativa, alegando que não existiam entre os cidadãos de São Tomé e Príncipe o desejo de emancipar-se de Portugal.

Desejo existente ou não, uma coisa é fato, após a chegada da República em Portugal as tensões entre os colonos e nativos não diminuíram, pelo contrário, só aumentaram. E os principais embates permeavam as questões raciais e trabalhistas. Raciais, porque os membros da elite nativa não aceitavam serem tratados de formas diferentes dos colonos brancos, principalmente ocupando cargos inferiores ou lugares inexpressivos. Trabalhistas, principalmente, por causa do conflito da falta de mão de obra nas ilhas e a recusa dos forros de trabalharem nas roças, o que causava uma contenda grande.

Já no regime salazarista, com uma maior exploração das roças de cacau, mesmo com o regime de trabalho forçado que trazia cabo-verdianos, angolanos e moçambicanos para as ilhas, a mão de obra não era suficiente para a demanda que tinha aumentado, principalmente nos anos 40 do século XX. Esse contexto levou a um dos episódios mais marcantes da história recente de São Tomé e Príncipe, o Massacre de Batepá.

No dia 27 de março de 1945, o Governador Gorgulho assumiu a administração do território santomense<sup>25</sup>. Sua principal tarefa era resolver o problema de mão de obra nas roças de cacau, já que os preços do cacau subiam no mercado internacional e a produção caía nas ilhas por falta de mão de obra.<sup>26</sup> Na tentativa de resolver o problema algumas decisões foram tomadas pelo governo, uma delas foi dificultar a estrutura econômica dos forros e a outra foi a melhorias das condições de trabalho nas roças para ver se assim atraía aqueles que se recusavam a função.<sup>27</sup>

Como o Governador Gorgulho não logrou êxito com suas ações, ele resolveu endurecer ainda mais, ordenando que todo cidadão que fosse encontrado na rua vagando pela noite sem documento fosse apreendido e encaminhado para o trabalho nas roças de cacau.<sup>28</sup> Isso causou uma revolta na população que, em fevereiro de 1953, foi as ruas protestar contra os desmandos do governo e principalmente pelo medo do trabalho forçado. Esse protesto terminou em um massacre, já que o Governador armou colonos brancos e foram em direção a localidade de Trindade, na ilha de São

---

22 Salustino Graça, *Voltemos à terra, Correio de África*, Lisboa, 22 de junho de 1921, p. 2. Apud, Espírito Santo, *O Nacionalismo Político São-Tomense*, Vol. 1, 2012, p. 80.

23 Carlos Espírito Santo, *O Nacionalismo Político São-Tomense*, Volume 1 e 2. Lisboa, Colibri, 2012.

24 Augusto Nascimento, *São Tomé e Príncipe, as tramas política e a emancipação do saber histórico*, São Tomé e Príncipe, Banco Internacional de São Tomé e Príncipe, 2019.

25 Carlos Espírito Santo, *A Guerra da Trindade*, Edição: Cooperação, Lisboa, 2003.

26 Augusto Nascimento afirma que a escassez de mão de obra na ilha nos anos 40 para 50 se deu por deixar de existir acordo com os territórios que outrora enviava mão de obra para São Tomé e Príncipe., Augusto Nascimento, *São Tomé e Príncipe durante o Estado Novo*. Lisboa, Instituto de Investigação Científica Tropical, 2008, p.4.

27 Seibert, *Camaradas, Clientes e Compadres*, 2002, p.76.

28 Seibert, *Camaradas, Clientes e Compadres*, 2002, p. 79-80.

Tomé, encerrar a rebelião.

Segundo Gerhard Seibert: “Este sangrento acontecimento tornou-se ainda a *raison d’être* do nacionalismo são-tomense e suas exigências de independência”.<sup>29</sup> Os episódios de fevereiro de 1953 foram caracterizados por nacionalistas, como Miguel Trovoada e Carlos Graça, na década de 1960, como o marco da luta contra o regime colonial racista. O massacre foi fruto da insistência de Gorgulho em forçar os nativos ao trabalho braçal e todo esse esforço, segundo Seibert, só poderia culminar numa revolta contra os excessos do governador e um regime opressor.<sup>30</sup>

Sete anos após os acontecimentos de 1953 foi criado o Comitê de Libertação de São Tomé e Príncipe (CLSTP) por nacionalistas santomenses.

## O Comitê de Libertação de São Tomé e Príncipe

A década de 1960 foi um período de intensificação da luta anticolonial africana. Num ambiente internacional favorável, o CLSTP passou a movimentar a discussão no cenário internacional. Este comitê foi constituído em São Tomé e Príncipe, em setembro de 1960 inspirados em organizações anticoloniais de Moçambique, Angola e Guiné Bissau.<sup>31</sup>

Como a maioria dos fundadores encontravam-se no exílio, a sede do CLSTP ficou abrigada em alguns países parceiros. No primeiro momento o Comitê instalou-se em Conakri, na Guiné.<sup>32</sup> Ainda em Conakri, Miguel Trovoada, que até então estava no cargo de presidente, convidou Carlos Graça, que estava morando no Gabão, para fazer parte da organização. Após Graça aceitar o convite, o CLSTP mudou-se para o Gabão, o país já era independente e com isso as atividades do Comitê fluíam com mais tranquilidade, pois o presidente Léon Mba permitia seu funcionamento.<sup>33</sup>

Em 1961, na Conferência das organizações nacionalistas das colónias portuguesas (CONCP), o CLSTP foi reconhecido pelos outros movimentos como representante das ilhas de São Tomé e Príncipe na luta anticolonial<sup>34</sup>. Em 1962, em Nova Iorque, Miguel Trovoada participou na XVII

---

29 Seibert, *Camaradas, Clientes e Compadres*, 2002, p.71.

30 “Tinha sido a sua própria política brutal de recrutamento de trabalhadores que criara um espírito de revolta entre os forros. Portanto é mais que provável a existência de encontros clandestinos onde os são-tomenses conspiravam contra o governador. Curiosamente, depois de tantos anos de rugas para o recrutamento para as Obras Públicas, apenas perante a ameaça do sistema de trabalho contratado nas roças, que teria significado o fim da distinção entre forros e serviçais, é que os forros se dispuseram a revoltar-se contra o regime colonial local. O massacre também revelou claramente a força do desprezo dos forros pelo trabalho nas roças.” Seibert, *Camaradas, Clientes e Compadres*, 2002, p. 92.

31 Seibert, *Camaradas, Clientes e Compadres*, 2002, p. 94.

32 Seibert, *Camaradas, Clientes e Compadres*, 2002, p. 96

33 Carlos Graça. *Memórias políticas de um nacionalista santomense sui generis*. São Tomé e Príncipe, Editora: UNEAS, 2011. p. 38.

34 “A Conferência das Organizações Nacionalistas das Colónias Portuguesas, reunida pela primeira vez em Casablanca, de 18 a 20 de abril de 1961, após ter analisado a situação de S. Tomé e Príncipe, caracterizada pela manutenção do trabalho forçado nas propriedades agrícolas, o agravamento das condições de vida, já

sessão ordinária da Assembleia da ONU, conseguindo o título e o reconhecimento como porta voz do povo santomense, através do CLSTP.<sup>35</sup>

No seu programa inicial, o Comité “exigia a abolição de todos os privilégios dos brancos, o estabelecimento de um regime republicano, democrático, secular, anticolonial e anti-imperialista, assim como a proibição de trabalho forçado[...]”.<sup>36</sup> O programa era dividido em programa mínimo e programa máximo. O programa mínimo trazia os seguintes pontos:

“ 1- União orgânica de todas as forças patrióticas do nosso país, para a eliminação do colonialismo português das Ilhas de São Tomé e Príncipe. 2- Aliança efetiva com Organizações Nacionalistas das Colônias portuguesas, para a coordenação e assistência mutua na luta contra o colonialismo português. Colaboração com outros povos da África, Ásia, [América] Latina, que lutam contra o colonialismo e imperialismo. 3- Aliança com todas as forças progressistas do mundo, conquista da simpatia e do apoio de todos os Povos à causa da libertação do Povo de S. Tomé e Príncipe. 4- Luta por todos os meios para liquidação em S. Tomé e Príncipe de todos os vestígios de relações colonialistas e imperialistas e para a independência imediata e completa das ilhas de S. Tomé e Príncipe”.<sup>37</sup>

O programa máximo já abordava temas mais amplos e administrativos, como:

“ 1- Independência imediata e completa: a) liquidação em S. Tomé e Príncipe por todos meios da dominação portuguesa e de todos os vestígios das relações colonialistas e imperialistas [...]. 2- Unidade da Nação: a) direitos e deveres iguais, união solida e colaboração fraternal entre os cidadãos, considerados individualmente, por camadas sociais ou por grupos étnicos. Interdição e liquidação de todas as tentativas de divisão do povo. 3- Unidade Africana: [...] b) Oposição a toda a tentativa de anexação ou opressão de um povo, no processo para a unidade dos Povos Africanos, defesa das conquistas políticas, económicas, sociais e culturais das classes trabalhadoras e camponesas de cada país. 4- Regime democrático, anticolonialista e anti-imperialismo: [...] c) todo cidadão de S. Tomé e Príncipe, sem distinção de etnia, sexo, categoria social, de nível cultural, de profissão, de condições de fortuna, de crenças religiosas ou convicções políticas, gozará do direito de eleição à partir de 18 anos e do direito de elegibilidade à partir dos 21 anos. [...] 5- Reconstrução económica: a) abolição dos privilégios atribuídos pelo regime colonial a empresas económicas portuguesas e as outras empresas estrangeiras. [...] 6- Política estrangeira independente e pacífica: a) estabelecimento e manutenção de relações diplomáticas com todos os países do mundo tendo como base os seguintes princípios: - respeito mútuo da soberania nacional, não agressão, não ingerência nos assuntos internos, igualdade, reciprocidade de vantagens. [...]”<sup>38</sup>

---

miserável da população africana, tornando a sua existência cada vez mais difícil, a intensificação da repressão contra os patriotas deste país, [...] Declara o seu total apoio ao Comité de Libertação de São Tomé e Príncipe, organização das forças que agem nesta colônia, cuja a luta é uma contribuição positiva para a liquidação do colonialismo português”. Portugal, Arquivo Nacional Torre do Tombo (PT ANTT), Polícia Internacional e de Defesa do Estado (PIDE), Direção-Geral de Segurança (DGS), *I Conferência das Organizações Nacionalistas das Colônias Portuguesas – Casablanca 18-20 de abril de 1961*, Processo 442/50, SR, pasta 21, NT 2667.

35 Graça. *Memórias políticas de um nacionalista santomense sui generis*, 2011. p. 39.

36 Seibert, *Camaradas, Clientes e Compadre*, 2002, p. 94.

37 PT ANTT, PIDE, DGS, *Programa do Comité de Libertação de São Tomé e Príncipe*, Proc. 2639/65, SC, 1º vol., Arnaldo Pereira, NT 5793.

38 PT ANTT, PIDE, DGS, *Programa do Comité de Libertação de São Tomé e Príncipe*, Proc. 2639/65, SC, 1º vol., Arnaldo Pereira, NT 5793.

Carlos Graça afirma que tirando uma pequena quantidade de santomenses, o conhecimento sobre a “evolução política da África” naquele contexto era nulo, graças ao regime ditatorial português instalado no território.<sup>39</sup> Porém não se podia desconsiderar o trabalho que o CLSTP realizou nas ilhas, como a distribuição de textos políticos e os contatos internos com os nacionalistas que não estavam no exílio, como Alda Espírito Santo. Graça alega que a própria PIDE<sup>40</sup> fez vários relatórios sobre as ações da organização, evidenciando a importância do grupo e o quanto incomodava o regime.

Realmente existem relatórios da PIDE sobre o Comité, porém eles também falam da inexpressiva ação e o pouco impacto nas ilhas. Segundo Nascimento, a população via com desconfiança o grupo, pois mesmo com o reconhecimento internacional e o título de representante de São Tomé e Príncipe, não conseguiam fazer uma ação efetiva que movimentasse as ilhas na luta anticolonial.<sup>41</sup>

No seio do CLSTP, em pouco tempo os conflitos apareceram e Miguel Trovoada e Carlos Graça passaram a ser criticados pelos outros nacionalistas, as críticas mais duras eram dirigidas a Trovoada, que era acusado de estar vivendo uma vida boa às custas do Comité, o que causou sua deposição.<sup>42</sup> Essa divergência causou uma dissidência no CLSTP, o que ocasionou na criação do CLSTP 2, fundado pelos santomenses Tomás de Medeiros e Hugo de Menezes, instalando-se em Acra, capital do Gana.

Nascimento diz que esse grupo intensificou as ações de divulgação, com publicações e transmissão em rádios. Porém o segundo Comité só ficou ativo por seis meses, pois em fevereiro de 1966 Gana sofreu um golpe de Estado, depondo o presidente Kwame Nkrumah. Com isso, os dissidentes viram-se obrigados a saírem do país, dissolvendo suas atividades.<sup>43</sup>

Após a destituição de Trovoada do cargo de presidente do CLSTP, e da criação de um novo Comité e da sua breve existência, os nacionalistas santomenses dispersaram e nenhuma atividade em prol da independência foi realizada até 1972. Fato que foi percebido e evidenciado nos relatórios da PIDE, que afirmava desconhecer qualquer atividade realizada nesse período e que acreditava que o grupo estava desativado.<sup>44</sup>

39 Graça, *Memórias políticas de um nacionalista santomense sui generis*, 2011.

40 Polícia Internacional e de Defesa do Estado.

41 Augusto Nascimento, *A Voz de S. Tomé: romper com a modorra vincando o cinzentismo? (1947-1974)*. Estudos Ibero-Americanos, Porto Alegre, v. 41, n. 1, p. 58-78, jan.-jun. 2015.

42 Graça, *Memórias políticas de um nacionalista santomense sui generis*, 2011, p.47.

43 “From the beginning, the CLSTP, was divided into two small exiled groups based in Accra (Ghana) and Libreville (Gabon) respectively, was plagued by factionist struggles and personal rivalries. The group in Accra publicly accused Trovoada, who was based in Libreville, of having embezzled foreign funds received for the liberation struggle. Consequently, in 1965 the Accra group dismissed Trovoada from the CLSTP leadership. In February 1966 Ghana’s military rulers, who had ousted Kwame Nkrumah in a coup, expelled the members of the CLSTP and all other African nationalist groups hosted by the former president.”. Gerhard Seibert, *São Tomé and Príncipe 1975-2015: politics and economy in a former plantation colony*. Estudos Ibero-Americanos, Porto Alegre, v. 42, n. 3, p. 987-1012, set.-dez. 2016, p. 990, <http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/iberoamericana/ar-ticle/download/22842/15030>, acesso em 22 de junho de 2018.

44 “[ Sobre o CLSTP] não são conhecidas actividades do comité, admitindo-se que esteja desorganizado ou inactivo, uma vez que o governo do Gabão não tem dado grande liberdade aos membros do CLSTP, chegando mesmo ameaçar de expulsão os que exercerem actividades contra Portugal”. Portugal, Arquivo Nacional Torre do Tombo (PT ANTT), Polícia Internacional e de Defesa do Estado (PIDE), Direcção-Geral de Segurança (DGS), Delegação de Angola, *Relatório de Pesquisa – nº 25/73-DINF-2ª*, Processo 334/GAB, NT 8035, Luanda, 1972.

No campo internacional, o CLSTP procurou constituir relações com outras organizações anticoloniais e partidos africanos, com o desígnio de obter o apoio material e moral, dos países socialistas e das organizações democráticas. Devido à pequena dimensão do território e da população santomense, alguns líderes dos países africanos defendiam que a independência de São Tomé e Príncipe deveria ser tratada por outro país, como era o caso de Cabo Verde, representado pela Guiné Bissau. Esse era um dos motivos que os membros do CLSTP alegavam para não conseguirem grandes apoios internacionais, dentro e fora do Continente Africano.<sup>45</sup>

Em junho de 1972, num congresso em Malabo, na Guiné Equatorial, para definição da situação de São Tomé e Príncipe, foi criado o Movimento de Libertação de São Tomé e Príncipe. No congresso foi criado um Bureau Político, tendo a liderança de um secretário geral, para o qual foi eleito Manuel Pinto da Costa. Este não tinha feito parte do antigo grupo, pois encontrava-se na República Democrática Alemã (RDA) a terminar o curso de Economia. Foi uma escolha quase unânime para o cargo.<sup>46</sup>

## O Movimento de Libertação de São Tomé e Príncipe

Com o Movimento de Libertação de São Tomé e Príncipe em funcionamento, os nacionalistas santomenses organizaram-se para solicitar sua entrada na Organização de Unidade Africana (OUA), explicando o motivo da extinção do CLSTP, a inércia de 1965 a 1972 e a transformação do Comité em Movimento. A aprovação da OUA para a integração na organização só chegou em 1973.<sup>47</sup>

Com isso o MLSTP ficou conhecido como a única liderança de São Tomé e Príncipe na luta pela independência da colonização portuguesa. Desse modo reiniciou-se os contatos em busca de apoio, tanto dos países africanos que já encontravam-se independentes e também com os países do bloco socialistas (já que o momento era de guerra fria).<sup>48</sup> Com a guerra anticolonial contra portugueses ainda mais intensa, o MLSTP não conseguiu fazer muita coisa diferente do que já fazia quando era CLSTP, já que no seu território não houve conflito armado. Essa situação vai durar até abril de 1974.

Mesmo enfraquecido, com crise econômica e política, o governo português tentou manter o domínio sobre os territórios africanos. A continuação da guerra provocou uma insatisfação com o regime em grande parte da população, em particular entre os militares. A primeira tentativa de revolta, a 16 de março de 1974, fracassou, mas no dia 25 de abril de 1974 os militares derrubaram o poder vigente no país, acabando com anos de ditadura salazarista.<sup>49</sup>

---

45 Graça, *Memórias políticas de um nacionalista santomense sui generis*, 2011.

46 Armindo de Ceita do Espírito Santo, *Economia de S. Tomé e Príncipe: entre o regime do Partido único e o multipartidarismo*, Lisboa, Edições Colibri, 2008.

47 Heitor Alberto Coelho Barras Romana, *São Tomé e Príncipe: elementos para uma análise antropológica das suas vulnerabilidades e potencialidades*. Instituto Superior de Ciências e Políticas, Lisboa, 1997.

48 Espírito Santo. *Economia de S. Tomé e Príncipe: entre o regime do Partido único e o multipartidarismo*, 2008, p. 19.

49 João Paulo Guerra, *Memória das Guerras Coloniais*, 1994.

Com a mudança de regime em Portugal e o fim da era do salazarismo, o MLSTP passou se preparar para as negociações dos termos de independência do território santomense. Nesse cenário dois novos grupos surgiram, a Frente Popular Livre (FPL), em maio de 1974, e Associação Cívica (AC), que era criada do MLSTP.

A FPL defendia um alinhamento com Portugal, sem pregar grandes transformações para realidade das ilhas, enquanto a AC tinha como função auxiliar o MLSTP na aceitação e conscientização da população santomense, para assim conseguir pressionar uma negociação por parte de Portugal o mais rápido possível.<sup>50</sup>

Gastão d'Alva Torres<sup>51</sup> afirma que a Cívica só foi criada para auxiliar o Movimento, após um encontro em Libreville com os membros do Bureau Político, já que era preciso fazer a mobilização política nas ilhas. Outra estratégia, dos membros do MLSTP, para pressionar o Governo provisório de Portugal, pós abril-1974, foi não voltar para São Tomé e Príncipe, decidindo que só voltariam as ilhas após uma negociação direta com os portugueses.

Carlos Graça era um grande opositor da Associação Cívica e a acusava de desvirtuar os ideais do MLSTP, pois a mobilização promovida pela mesma era de caráter marxista [Carlos Graça sempre viu com maus olhos a aproximação do MLSTP com países de ideologia comunista, o que ocasionou sua expulsão do governo no pós-independência]. Para ele os ideais marxista não condiziam com o programa de criação do Movimento.<sup>52</sup>

A Cívica, a mando de membros do MLSTP, organizou greves e protestos políticos, conseguindo a participação da maioria da população. Os estudantes apresentaram um caderno “reivindicativo”, tudo visando o acelerar das negociações entre o comando português e o MLSTP. Mesmo sob pressão, Portugal ainda não tinha procurado o MLSTP para conversações. O governo português alegava que não havia um só representante ilhas, referindo a existência da Frente Popular Livre.<sup>53</sup>

A FPL, pensada pelo português Ferreira da Silva junto com os santomenses que compunham o grupo, tinha ideias federalistas, eles não comungavam dos ideais apresentados pelos nacionalistas a frente do movimento. Com essa simpatia pelo governo português e com os ideais que se assemelhavam com os membros do governo português que não concordavam com a independência imediata das colônias, a FPL conseguia apoio deles para ser considerada também representante da população de São Tomé e Príncipe.

Nesse impasse com o governo português e sem nenhuma sinalização de negociação, a Cívica radicalizou suas ações nas ilhas, com o foco principal à com o foco principal no combate à FPL, que aos poucos foi enfraquecendo e, em agosto de 1974, no Encontro dos dirigentes do MLSTP, passou

---

50 Augusto Nascimento, *Atlas da lusofonia: São Tomé e Príncipe*, Lisboa, Editora: Prefácio, 2008.

51 Gastão d'Alva Torres, *Associação Cívica – Pró Movimento de Libertação de São Tomé e Príncipe*, <http://www.telanon.info/politica/2012/07/05/10767/associacao-civica-pro-movimento-de-libertacao-de-sao-tome-e-principe/>, acesso em 20 de março de 2022.

52 Graça, *Memórias políticas de um nacionalista santomense sui generis*, 2011. p. 70.

53 Graça, *Memórias políticas de um nacionalista santomense sui generis*, 2011. p. 71.

a integrar o Movimento.<sup>54</sup>

Em setembro de 1974, os líderes do MLSTP, em Libreville, receberam representantes portugueses que começaram a discutir os termos para a concretização da independência. Os encontros para acertar os pormenores ocorreram até outubro de 1974, ficando decidido um encontro em novembro para a assinatura do acordo. Essa reunião ocorreu na Argélia, entre 23 a 26 de novembro 1974, e seu resultado ficou conhecido como o acordo de Argel.<sup>55</sup>

A delegação portuguesa era composta por Almeida Santos, ministro da Coordenação Inter territorial, Jorge Campinos, secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros, José Maria Moreira de Azevedo, secretário-adjunto do governo de S. Tomé e Príncipe e Armando Marques Ramos. A delegação do MLSTP era composta por Miguel Trovoada, encarregado das Relações Exteriores, José Fret, secretariado executivo, Gastão Torres e Pedro Umbelina, membros do Bureau Político do MLSTP. Entre as deliberações do acordo, ficou decidido que o Movimento de Libertação de São Tomé e Príncipe era o único e verdadeiro representante do povo santomense. Também se decidiu qual seria a composição do governo transitório e a data da posse do governo independente.<sup>56</sup>

Em 21 de dezembro de 1974, o Governo de Transição iniciou sua atividade, tendo como composição Leonel d'Alva, como primeiro-ministro, Carlos Graça, como ministro dos Assuntos Sociais, Gastão Torres, ministro da Justiça e Trabalho, Pedro Umbelina, ministro da Comunicação Social e Alda do Espírito Santo, ministra da Educação.<sup>57</sup> O restante do Bureau Político decidiu continuar no Gabão até ao dia 12 de julho de 1975, data acordada para a independência de São Tomé e Príncipe.

No entanto, a Associação Cívica que foi criada para auxiliar o MLSTP nas ilhas e na propagação das suas convicções, rebelou-se contra as atitudes dos membros do governo transitório e do movimento que ainda estavam fora das ilhas. Para a AC o MLSTP estava acovardando-se e aceitando facilmente os termos impostos por Portugal, para eles não deveria existir a transição e sim a transferência direta do comando do país.<sup>58</sup>

Com isso, Manuel Pinto da Costa foi forçado pelo governo provisório a antecipar seu retorno para ilhas. Tudo ocorreu em março de 1975, a fim de tentar estancar a sangria que a AC vinha provocado no território. Os membros da Cívica que faziam parte do governo de transição foram afastados. A Associação foi dissolvida e os seus membros saíram das ilhas. Segundo Carlos Graça, a saída foi voluntária e não exigida pelo governo de transição e nem pelo MLSTP. Pinto da Costa, dois dias depois de ter entrado no país, realizou um comício onde afirmou o compromisso com o povo santomense e mais uma vez o MLSTP foi declarado como sendo o único representante do poder de

---

54 Graça, *Memórias políticas de um nacionalista santomense sui generis*, 2011. p. 72.

55 Romana, *São Tomé e Príncipe: elementos para uma análise antropológica das suas vulnerabilidades e potencialidades*, 1997

56 *Protocolo de acordo entre o governo português e o Movimento de Libertação de São Tomé e Príncipe*, 1974. Disponível: <http://www.casacomum.org/cc/visualizador?pasta=11010.079>, acesso em 20 de março de 2022.

57 Graça, *Memórias políticas de um nacionalista santomense sui generis*, 2011. p. 78-79.

58 Seibert, *Camaradas, Clientes e Compadres*, 2002. p. 110.

São Tomé e Príncipe.<sup>59</sup>

Sobre a dissolução da Associação Cívica, Gastão Torres afirma que ela foi caluniada e perseguida pelos que temiam a força que tinha junto da população, podendo disputar o poder, e que o MLSTP soube usar a Associação e aproveitar-se das suas ações enquanto lhe foi conveniente.<sup>60</sup> Carlos Graça argumenta que o maior erro do MLSTP foi não ter dissolvido a AC logo que teve início o governo de transição; para ele a Associação teria sido um mal necessário, com propostas ideológicas que não tinham lugar no país que estava surgindo.<sup>61</sup>

No dia 12 de julho 1975 teve lugar a cerimónia de independência. Segundo a historiadora Marina Berthet<sup>62</sup>, realizando a luta pela independência no exílio e sem movimentações internas até 1974, restou ao povo a participação na cerimônia da independência. Após o dia 12 de julho de 1975, teve início a presidência de Pinto da Costa, tendo como primeiro-ministro Miguel Trovoadá.

No continente africano, o regime de partido único foi adotado pela maioria das nações que ascenderam à independência. Pinto da Costa afirma que o desejo de conduzir o destino dos seus territórios com as próprias mãos, acreditando na igualdade, fraternidade e liberdade, fez com que os nacionalistas da época acreditassem que o melhor para suas terras era o regime de partido único. Refere que se devem considerar os motivos que estiveram na base desta decisão. O primeiro seria o apoio do bloco comunista à luta anticolonial; o segundo a opressão do regime ditatorial de Salazar; o terceiro, a exportação dos modelos socialistas; por último, a bipolarização da Guerra Fria e seus impactos no mundo.<sup>63</sup>

Para Augusto Nascimento, o regime implantado no pós-independência de São Tomé “[...] traria a aniquilação das liberdades individuais [...]”.<sup>64</sup> O autor argumenta que a posição do MLSTP foi de truculência e arbitrariedade. Seibert afirma que, no início do regime, o povo apoiava o partido e o governo no novo projeto de nação.<sup>65</sup> Os nacionalistas africanos, na sua maioria, acreditavam que o partido único era necessário para não existir uma corrida desenfreada ao poder, mas que era um regime do povo e governado pelo povo.

Para Heitor Romana, o regime encontrou terreno favorável no continente africano devido a: construção de uma identidade e pertença nacional; alegação da transição do poder da mão dos usurpadores para os legítimos filhos da nação, fazendo assim o discurso do controle necessário na

---

59 Romana, *São Tomé e Príncipe: elementos para uma análise antropológica das suas vulnerabilidades e potencialidades*, p. 161.

60 Gastão d’Alva Torres. *Associação Cívica – Pró Movimento de Libertação de São Tomé e Príncipe*. Disponível em: <http://www.telanon.info/politica/2012/07/05/10767/associacao-civica-pro-movimento-de-libertacao-de-sao-tome-e-principe/>, acesso em 20 de março 2022.

61 Graça, *Memórias políticas de um nacionalista santomense sui generis*, 2011. p. 83-87.

62 Marina Berthet, *São Tomé e Príncipe: reflexões sobre alguns aspectos de sua história agrícola no pós-independência*, Estudos Ibero-Americanos, Porto Alegre, v. 42, n. 3, p. 961-986, set.-dez. 2016.

63 Manuel Pinto da Costa, *Terra Firme*, Porto, Afrontamento, 2011, p. 41-42.

64 Augusto Nascimento, *A inelutável independência ou os (in) esperados ventos de mudança em São Tomé e Príncipe*. In: ROSAS, Fernando, Machaqueiro, Mário e Oliveira, Pedro Aires. *O adeus ao império: 40 anos de descolonização portuguesa*. Lisboa, Editora: Veja, 2016.

65 Seibert, *Camaradas, Clientes e Compadres*, 2002.

mão desses poucos; um plano de homogeneidade entre os povos.<sup>66</sup> É essa linha ideológica que Carlos Graça afirma que começou a destruir as relações dentro do MSLTP, culminando mais tarde nas perseguições políticas, conflitos e exílio de membros do governo.<sup>67</sup>

## Conclusão

Carente de uma concepção política revolucionária forte, o projeto independentista que surgiu em São Tomé e Príncipe nos anos 1960 baseou o seu esboço de nação nas questões raciais: eram os colonos brancos versus os africanos. Por mais que as questões raciais fossem latentes nas ilhas esse debate não se aprofundou nas diferenças sociais que existiam para além das diferenças raciais, como a distância que existia entre os forros e os serviçais.<sup>68</sup>

Entre os embates existentes na historiografia santomense, um deles é sobre a real importância do grupo MLSTP e a importância das suas ações na luta de independência. A inexistência de luta armada na ilha e a baixa participação da população na resistência contra Portugal são os argumentos principais dos que questionam o papel do MLSTP. Numa entrevista, Tomás de Medeiros afirmou: “São Tomé foi independente não por luta, mas porque acompanhou a enxurrada das outras colónias, mais nada”.<sup>69</sup>

Sobre esta questão, Manuel Pinto da Costa afirmou, em 1975, já com São Tomé e Príncipe independente, no jornal *Revolução*:

“É certo que não conhecemos a luta armada, mas o nosso povo não lutou menos do que os outros povos para conquistar a sua independência. Aliás, a luta armada não é a única forma de luta. Ela é a forma mais avançada e só é desencadeada lá onde as condições o permitirem. Não podendo fazer a luta armada, fizemos a luta política contra o colonialismo português. No entanto, alguns pretendem, e é pena que essa opinião saia da boca de certos compatriotas nossos, que o povo de S. Tomé e Príncipe não lutou, que a independência lhe foi oferecida numa bandeja de prata”.<sup>70</sup>

Gerhard Seibert advoga que, além da questão geográfica, que impediu um conflito armado no território santomense, a presença da Polícia Internacional e de Defesa do Estado nas ilhas não

---

66 Romana, *São Tomé e Príncipe: elementos para uma análise antropológica das suas vulnerabilidades e potencialidades*, 1997.

67 Graça, *Memórias políticas de um nacionalista santomense sui generis*, 2011.

68 Augusto NASCIMENTO, *A construção de São Tomé e Príncipe: achegas sobre a (eventual) valia do conhecimento histórico*, In Silva, Teresa Cruz, Coelho, João Paulo Borges e Souto, Amélia Neves de (orgs.) *Como fazer ciências sociais e humanas em África. Questões epistemológicas, metodológicas, teóricas e políticas*. Dakar: Codesria, 2011.

69 LABAN, Michel. *São Tomé e Príncipe: encontro com escritores*. Porto, Fundação Eng. António de Almeida, 2002.

70 *Jornal Revolução*, Ano I, Nº 3, 1975, p. 6.

permitia movimentações políticas internas.<sup>71</sup> Augusto Nascimento refuta esse argumento, ele afirma que até 25 de abril de 1974 os povos nas ilhas não estavam muito interessados na movimentação política e anticolonial em São Tomé e Príncipe.<sup>72</sup>

Mesmo tendo um percurso diferente dos demais países do continente africano, não é correto afirmar que não houve luta. A não presença de luta armada não pode ser considerada como argumento para desqualificar a luta por liberdade dos santomenses. Ainda que a inserção da MLSTP nas ilhas não tenha sido com a mesma força dos demais movimentos independentistas africanos, não se pode negar que o grupo serviu como porta voz da população santomense, denunciando atrocidades cometidas pelo governo português, como o Massacre de Batepá.

As relações internacionais construídas pelo movimento foram importantes para que São Tomé e Príncipe seguisse no cenário internacional, com participações em congressos, como o CONCP, discussões na ONU e denúncias em jornais europeus. A alienação da população das ilhas, usada como argumento para dizer que eles não tinham interesse na independência, é a prova da violência subjetiva de Portugal. Fazendo com que eles não percebessem a crueldade que era continuar sob o jugo dos portugueses.

---

71 Seibert, *Camaradas, Clientes e Compadres*, 2002.

72 Augusto Nascimento, *A inelutável independência ou os (in) esperados ventos de mudança em São Tomé e Príncipe*, Lisboa, 2016.